

DONAS DE CASA, DE PROSTITUIÇÃO: sobre as violências decorrentes da criminalização dos contextos destas práticas¹ //

*Letizia Patriarca*²

Palavras-chave

antropologia / prostituição / cafetinas / criminalização

////////////////////////////////////

Sumário

- 1 Introdução**
- 2 Construção ficcional de uma história**
- 3 Riqueza etnográfica quando a temática é criminalizada**
- 4 Considerações Finais**
- 5 Referências**

Resumo

Neste trabalho, abordo a realização da prostituição, com foco em donas e suas casas de prostituição. Tal relação é criminalizada pelo Código Penal brasileiro, embora haja a tramitação do PL 4211/2012, conhecido como Gabriela Leite, que visa justamente regulamentar tal relação e os estabelecimentos nos quais se realizam programas. Este entendimento combina com a atuação de organizações políticas de profissionais do sexo e com o trabalho etnográfico que realizei no mestrado junto a donas de casas de prostituição em um bairro específico no qual funcionam cerca de 200 arranjos diversos de estabelecimentos. A existência desse bairro aponta para a importância de considerar a prática da prostituição a partir de seu contexto de realização. Desta forma, proponho uma discussão acerca da criminalização de donas/donos e suas casas de prostituição, sobretudo pela violência decorrente para as pessoas envolvidas na realização de programas, bem como questiono as formas de escrita antropológica que podem ser efetivadas acerca de uma relação que é criminalizada.

1 O presente artigo é uma versão revisada do trabalho apresentado no V ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito (2017). GT.13 - Pesquisas etnográficas em fronteiras difusas e contextos de (i)legalidades.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP). Integrante do NUMAS-USP (Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença), do do NAU-USP (Núcleo de Antropologia Urbana) e da Comissão Permanente de Ações Afirmativas (CPAA): letizia@usp.br.

HOUSE MISTRESSES: on the violence resulting of criminalizing places where prostitution take place // *Letizia Patriarca*

Keywords

anthropology / prostitution / madams / criminalization

////////////////////////////////////

Abstract

In this work I approach the realization of prostitution, focusing on mistresses and their houses of prostitution. This relationship is criminalized in the Brazilian Penal Code, although there is the procedure of PL 4211/2012, known as Gabriela Leite, which aims precisely to regulate such relationship and establishments in which programs are carried out. This understanding is combined with the work of political organizations of sex workers and with the ethnographic work that I carried out in the master's degree research with mistresses of prostitution in a specific neighborhood where there are about 200 different settings of houses of prostitution. The existence of this neighborhood points to the importance of considering the practice of prostitution in its context of exercise. As such, I propose a discussion about the criminalization of madams and their houses of prostitution, above all due to the violence that results from this for the people involved in the realization of programs, as well as questioning the forms of anthropological writing that can be effected about a relationship that is criminalized.

1 Introdução

Este trabalho pretende contemplar uma discussão antropológica acerca da criminalização de donas/donos e suas casas de prostituição, sobretudo pela violência decorrente para as pessoas envolvidas na realização de programas. Diante desse quadro, o foco aqui recai tanto na análise da relação conhecida como cafetinagem quanto nas formas de escrita antropológica que podem ser efetivadas acerca de uma relação que é criminalizada.

Partindo do meu trabalho realizado junto a cafetinas, que eram também *mães* para as travestis que conheci, o argumento segue uma demanda de parte das profissionais do sexo pela descriminalização de casas e de seu agenciamento. Emergem então as questões norteadoras deste trabalho: como a atenção e disposição antropológicas podem captar a relação nomeada como cafetinagem, com suas nuances? Basta ouvir e reproduzir o que está sendo dito? Bastam as falas de uma ou de algumas prostitutas? Pode-se ouvir as donas de casas de prostituição? Quais falas então devem ser selecionadas? Mais que isso, como reproduzi-las diante de desigualdades de poder e de criminalização das interlocutoras? Como então esmiuçar com riqueza etnográfica uma temática que é, por si só, criminalizada?

A parte inicial a seguir apresenta a construção ficcional de uma única história acerca de uma dona de casa de prostituição. Todas as falas em itálico são fruto de conversas ouvidas e gravadas a partir de experiências em diversas casas, mas optei por juntá-las, todas, na figura de Célia e sua casa, para incitar questionamentos quanto à abordagem e escrita antropológicas em contextos criminalizados. Essa narrativa me inclui, refletindo a relação que iniciei no mestrado (Patriarca, 2015) com travestis que moravam e trabalhavam em diversos arranjos de casas em um bairro específico de prostituição. A elaboração narrativa a seguir pretende repensar relações de poder entre travestis que se prostituem e as que as agenciam, sinalizando a importância da abordagem antropológica e possíveis escritas ficcionais para abarcar vivências variadas de acordo com marcadores sociais da diferença e práticas criminalizadas.

2 Construção ficcional de uma história

Célia é uma travesti negra de cerca de 40 anos que trabalhou desde os 15 como prostituta. Ela ainda possui alguns clientes, daqueles meio fixos, que foram ficando em sua vida, em um misto de carinho e ajuda mútua. É curioso imaginar como puderam acompanhar a passagem dos anos modificando seus corpos – as peles enrugando e as próteses de Célia ainda rijas. Não só corpos mudaram. Célia agora possui uma casa de prostituição onde moram e trabalham outras 5 travestis. Estes clientes a acompanham há cerca de 15 anos, desde pouco antes dela começar a montar a sua casa, quando ela ainda percorria as ruas das cidades.

Com estes clientes, Célia eventualmente ainda realiza programas, o que gera inclusive comentários meio maliciosos das travestis mais novas. Seus risinhos, meio envergonhados, tem a ver com o fato de Célia já lhes parecer velha, para uma travesti e uma prostituta que tem seus anos de vida contados no mercado sexual. As mais novas, mesmo sem muita prática, vão narrando suas histórias de forma que um programa e um cliente não representam só (ou de forma alguma) sexo. Não é também só dinheiro. Pode ser que gozem, pode ser que gostem do cara e alguns tornam-se até clientes frequentes, namorados e maridos. Mesmo assim, quando Célia recebe um cliente, no mesmo quarto onde as mais novas recebem os seus, causa sorrisinhos a meia boca e bochechas rosadas. É uma reação pouco comum, comparada com a dos risos de deboche, mas que pude ver também no rosto de Lisa, quando me mostrou um homem com quem conversava no *Facebook*. Dizia ser seu namorado, apesar de só tê-lo visto uma vez, há um ano. Quando me contou que nem transaram da quando se viram, uma outra gritou: *fez a santa, né amiga?* E sua pele branca avermelhou-se nas bochechas, fazendo com que se voltasse novamente para a TV. Lisa é noveleira assumida e eu a via sempre na frente da única TV da casa, na sala comum. Enquanto assistíamos a algum programa, ela costumava fazer as unhas ou acariciava um gato de estimação, durante as tardes, pois *só saía de noite para trabalhar*. Quando ainda morava em sua cidade, no interior do Piauí, Lisa tinha um emprego fixo de costureira, mas *cansada do calor e*

daquele emprego, saiu de lá e foi conhecendo outras travestis que lhe falaram da casa de Célia.

A casa de Célia fica em uma rua afastada do centro da cidade e acaba sendo conhecida por ser uma das únicas da grande cidade que abriga travestis. Betina é uma das outras moradoras. Veio do interior do Maranhão e ajuda Célia com a limpeza e com a cozinha para as demais. Ela é negra, com cerca de 23 anos, e Célia costuma reclamar de sua preguiça, pois, no trato que fizeram, Betina não precisa pagar o valor da diária da estadia, porque em troca realiza as tarefas domésticas. Betina também faz programas, para *juntar dinheiro* para si, e tem um namorado que vai *buscá-la muitas vezes de carro*. Ao dizer isso, parece ostentar uma ideia de proteção, pois ter um namorado, com carro e que a busca confere prestígio perante as demais. Por outro lado, não faltam comentários maliciosos das que afirmam como pode ser uma perda de tempo, dinheiro e independência se dedicar a uma relação destas.

Mas Betina não liga para não estar ganhando com programas enquanto está com seu namorado e considera os comentários *inveja das outras*. Em um dia, enquanto lavava uma enorme panela na cozinha, contava-me que os piores clientes que ela havia tido *eram negros* e que, por isso, *nem entrava mais no carro se visse que algum era negro*. Tentei perguntar se não havia também brancos que seriam maus clientes, ao que ela meio que consentiu com a cabeça, enfatizando: *mas tenho trauma de negro, sempre que tem cliente chato é negro. Chato por que? Porque, tipo assim, fica segurando a sua cabeça enquanto você tá lá no boquete. Poxa, eu sei fazer! Se é pra ficar me tocando, paga o valor de um programa!* Aludia, assim, a negociações de programas diferentes, sendo que pagar o valor de um programa apontava para um tempo maior a ser dedicado, diferente de *só um boquete*.

Além do preparo diário da comida, Betina também ajuda Célia na limpeza da casa, que possui um puxadinho no qual funciona um quarto somente para programas. A incumbência de Célia consiste em garantir os produtos para limpeza, os lençóis limpos e a segurança desse quarto, além do mesmo para o restante da casa. Nesse quatinho, nada de luxo. Não há TV, pois para isso *bastaria ir para um motel*, como ela argumenta.

Célia conta que não se importa que *as meninas* façam programas em outros lugares, até porque, comenta que o quarto que montou é simples e que não daria se as 5 precisassem usá-lo ao mesmo tempo.

Mas Célia também enfatiza que elas devem tomar muito cuidado com os clientes quando vão para outro lugar com eles. Em sua casa, ela pode garantir mais segurança. Se algo ocorre no quarto, que não é ligado diretamente à casa, todas podem se juntar. Quando a profissional do sexo está no quarto, se gritar, as outras ficam alertas, embora, na grande maioria das vezes, os gritos surjam porque os clientes não querem pagar ou queriam pagar menos do que o negociado. *Bicha podre, essas mariconas são tudo bicha podre!*

Separar esse quarto, apenas para programas, dos outros dois quartos da casa é tanto uma medida de segurança quanto marca de seu empreendimento. Célia tem ímpeto de administradora e comentava que pretendia fazer outros quartos, tanto para abrigar mais profissionais como para locá-los para programas. Mas não é fácil juntar dinheiro. Isto porque seu rendimento depende do que as travestis repassarem para ela, seja do valor do aluguel do quarto para programas, seja do valor diário que pagam pela moradia, alimentação e segurança na casa.

Tudo misturado na mesma casa, não se sabe muito bem quando estão trabalhando e quando estão descansando; depende também de quanto falta para juntar do valor a ser pago na diária da casa. De qualquer forma, elas destinam períodos precisos aos quais se dedicam a realizar programa, sendo que há uma intensa arrumação corporal e estética prévia. Além dos horários distintos, havendo quem trabalhe de tarde, considerado de mais risco por conta das frequentes gozações e violências que sofrem nas ruas da cidade, há aquelas que só saem à noite.

Gracy fazia ponto em um posto de gasolina, numa rodovia próxima à cidade, todas as noites. Célia brincava: *ela trabalha no posto, a gente diz que ela é o frentista*. Com seu riso largo e costumeira expressão debochada, Gracy não parecia se irritar, pois já havia passado por muitas experiências. Também tendo deixado sua família no Maranhão, Gracy é a mais velha na casa, com 32 anos, dos quais 3 viveu na Europa,

especificamente na Itália, contando que lá, se você for pega com 5 camisinhas, vai pra cadeia, mas se forem 3 tudo bem, é só sexo. Eu, ingenuamente, não entendia a lógica disso e indagava se havia alguma lei, mas ela prontamente respondia: *isso é pra gente né, que tá lá, eles sabem*. Sabem e reconhecem travestis brasileiras, logo as associam a prostitutas e assim as levam para delegacias, o que aconteceu com Gracy justamente por estar realizando programas nas ruas.

De qualquer forma, ela fala muito bem dos italianos, diz que é outro mundo, eles respeitam muito mais, sem comparação. Kelly, que também mora na casa e escutava a nossa conversa, também concorda. Kelly possui mais plásticas, tendo ajeitado seu nariz, *mas ainda quero melhor*. Já Gracy não aparentava tanta preocupação com sua estética, vestindo-se e maquiando-se de maneira menos rebuscada. Kelly, dez anos mais nova, também negra, morou em Portugal por cerca de 3 anos, cuidando de um apartamento no qual realizava programas e também alugava para outras travestis. Ela também contava que havia mais aceitação, *assim pra essas coisas de transexualidade*. Contudo, sua volta para o Brasil deu-se por conta da *saudade da família e das coisas do Brasil*, sendo que ela frequentemente voltava para a casa de seus pais de origem. Gracy também voltou por saudade e porque queria voltar a ver sua família, em sua cidade natal, depois de estar com o corpo desejado e de ter vivido fora. Mas seu semblante entristecia ao dizer: *não deu certo, não me aceitaram e nunca mais voltei*.

Gracy só trabalha à noite, vai e volta para o posto de gasolina, ou de ônibus ou de carona, com algum amigo/cliente. Célia verifica tanto que as meninas saiam de casa para trabalhar quanto que voltem para dormir. *Enquanto elas não chegam, eu fico na cama, que fica ali do lado do portão da frente, abrindo pra cada uma quando chega*. Por isso, Célia costuma estar exausta e diz querer alguém para lhe ajudar *a cuidar das meninas* que, mesmo sendo poucas, *dão muito trabalho*.

Por vezes, até me esqueço que Célia é dona da casa e lucra com isso, porque suas falas e parte de suas atitudes vão no sentido do cuidado com as demais. Ela conta que sua casa começou porque *as bicha da cidade vinham bater na minha porta. Elas sabiam que eu era travesti e, se ficassem em um abrigo, obrigavam elas a*

usar roupa de menino. Assim, conta que foi abrigando as travestis nos quartos da casa que hoje possui e foi comprada com seu dinheiro, conquistado pelos anos de trabalho na prostituição. Foi o que conseguiu juntar, que não foi subornado por policiais. Mesmo quando ela não estava disposta e disponível para um programa, policiais a abordavam no meio da rua. Normalmente eram conhecidos, de um ou outro programa, e nessas batidas eles costumavam agredi-la, com olhares e xingamentos, até que ela entregasse algum dinheiro.

Daisy, com seus 19 anos, negra, trabalha hoje para Célia e não encontra uma situação melhor diante dos policiais. Daisy me contou que saiu da cidade onde trabalhava, depois de um surto de um dos policiais que costumava buscá-la para programas, quando não estava fardado. Um dia, ele foi encontrá-la, *muíto chapado de pó*, e lhe pressionou com uma arma apontada, exigindo que ela o penetrasse. Mesmo experiente na prostituição, realizando programas desde os 13 anos, Daisy dizia que nessas situações é muito difícil, *tem que pensar em muitas coisas pra ver se consegue fazer né, mas com a arma apontada, como faz pra ficar excitado?* Algumas travestis também contavam usar viagra para o trabalho nos programas, pois os hormônios femininos reduzem seu potencial.

A casa de Célia, devido aos anos em que está trabalhando na prostituição, acaba sendo conhecida por alguns chefes de polícia, mas sempre que trocam os agentes, ela tem que fazer uma mesma conversa. De alguma forma, por conta desses contatos, ela consegue manter sua casa e as demais em segurança, mas não há garantias de retaliações contra clientes. Se houver um envolvimento afetivo de um policial com uma das travestis de sua casa, às vezes conseguem movimentar alguma cobrança de contas com um cliente. Célia contava do caso de um cliente com Glória, uma travesti que havia passado uns meses trabalhando em sua casa. Ele havia disparado um tiro em sua mão: é verdade, ela foi roubar a carteira dele, mas não precisava do tiro. Nesse episódio, pela articulação de Célia, Glória foi levada para o hospital e teve sua mão reconstituída.

Contudo, Célia lamenta esses casos de roubo e institui uma política na casa que é contrária a esse tipo de tumulto, bem como contra brigas entre as meninas.

Há uma multa caso briguem e que dobra de valor se continuam a brigar. Apartar uma briga pode envolver entrar nela. Célia contou que, um dia, muito nervosa, *caiu pra cima das bicha, de pau de vassoura e tudo*.

Uma vez que é Célia quem administra o dinheiro das travestis, tanto recolhendo as diárias, quanto as multas, as meninas não possuem muito controle de suas finanças. Célia centraliza o dinheiro, inclusive aquele que juntam para colocar silicone ou comprar uma roupa. Os contatos de *bombadeiras* e de médicos que fazem cirurgias é intermediado por Célia, que os repassa para as meninas. É por esses motivos e por essas funções que também a chamam de *mãe*. Nem todas estabelecem uma relação afetuosa e íntima a ponto de chamá-la dessa forma. Uma vez, Kelly se referiu a ela como *cafetina*, na minha frente, ao comentar que ainda lhe devia um dinheiro. Célia então logo gritou: *alguém te maltrata na tua casa? Não, né? Então é a dona da casa onde eu moro, a dona lá de casa, não cafetina!*

Célia dizia isso porque havia trabalhado em outras casas e em ruas, lidando com caprichos de outras cafetinas e donas de pontos de prostituição. Por vezes, a relação era bem profissional, mas em outras, as cobranças emocionais e laborais eram excessivas e pareciam não fazer sentido. Segundo ela, *tem muita bicha invejosa*. Como ela possui o corpo ainda bem moldado pelas curvas de silicone industrial no peito e na bunda, propõe que eu imagine como ela era, anos antes. Pele negra, conta que fazia sucesso, anos atrás, com seus cabelos alisados e mechas loiras. Hoje, o corte mais curto serve para facilitar seu trabalho, na lida com tarefas mais braçais de limpeza e manutenção da casa.

3 Riqueza etnográfica quando a temática é criminalizada

Esta construção narrativa da casa de Célia e de suas relações com as também fictícias Lisa, Betina, Gracy, Kelly, Daisy e Glória pretende delinear as trocas vivenciadas na prostituição, que envolvem dimensões econômico-afetiva-sexuais de maneira imbricada. Esse embaralhamento se dá com clientes – por vezes também policiais – e na relação de agenciamento com donas e donos de casas de prostituição. Elabo-

rei tal ficção acerca de uma possível dona de casa de prostituição chamada Célia, a partir de relatos das muitas travestis que circulavam pelo Jardim Itatinga, com experiências em casas de prostituição nesse bairro e Brasil afora.

O Jardim Itatinga possui uma especificidade pela centralidade das trocas na prostituição que o conformam, representando uma relativa estabilidade e segurança, devido a características históricas (Mazzariol, 1976) e urbanística (Ramos, 2015) que fazem dele um local conhecido e buscado para a prática da prostituição. O bairro é entrecortado por rodovias e composto de diversos arranjos de casas de prostituição, num total de cerca de 200 estabelecimentos. Desta forma, constitui um contexto privilegiado para pensar as condições nas quais se realizam os programas na prostituição, envolvendo inúmeros aspectos que extrapolam o momento específico do intercâmbio com clientes. No bairro também há uma sede da Associação Mulheres Guerreiras, organização política que luta por respeito e melhores condições de trabalho para profissionais do sexo de Campinas e região, militando também pela descriminalização do suporte (casas e agenciadoras/es).

Posto isso, o que me movia era captar esta configuração particular, dialogando com a bibliografia sobre prostituição no bairro e respeitando e visibilizando a militância das profissionais do sexo. O foco consistia em mergulhar nas relações com donas de casas de prostituição, pelo fato de serem centrais no bairro Jardim Itatinga, no qual fui consolidando minha presença enquanto antropóloga. Como objetivo inicial, propus abarcar um conjunto de diversas casas do bairro, focando na relação especificamente entre mulheres cisgênero na prostituição, deslocando assim a costumeira atenção bibliográfica na relação mulher-prostituta X homem-cliente. Por um lado, pretendia tensionar noções de gênero e sexualidade, de forma a não cristalizar relações de poder desiguais somente entre homens e mulheres. Por outro, também pretendia investigar melhor quais desigualdades e possíveis relações opressivas são produzidas (se são) nessa relação tida como cafetinagem.

Afinal, a forma negociada para meu contato no bairro foi realizar aulas de inglês, demandadas para que se

preparassem melhor para receber os gringos para a Copa do Mundo de 2014. Passei a compartilhar tardes com as travestis do bairro, circulando em estabelecimentos de moradia e de trabalho e fazendo contato com suas donas. Realizei então idas semanais ao Jardim Itatinga durante 2013 e 2014 que foram apontando para a importância de abordar as relações de poder na prostituição, especificamente a partir das experiências das travestis, ouvindo histórias de casas e de relações com *mães* travestis, geralmente mais velhas e que montavam uma casa de prostituição nos moldes do caso ficcional de Célia.

Ao invés de fugir da associação carregada de estigma negativo entre travestis e prostituição, meu interesse consiste justamente em me embrenhar nas relações que as travestis travam na prostituição, de forma a complexificar e transparecer a fluidez tanto de suas vivências de gênero e sexualidade, quanto de suas experiências nas trocas econômico-afetivas-sexuais, entendidas sob a noção de prostituição.

Contudo, eu não poderia trazer as falas e histórias da forma como me contaram, pois situaria demais minhas interlocutoras. No caso das travestis que circulam pelo bairro e realizam intenso trânsito por outras casas e lugares, talvez não fosse tão problemático trazer suas histórias com nomes trocados. Mas o problema começou a tomar forma ao considerar entrevistas que eu possuía com donas de casas de prostituição com as quais tive contato dentro do bairro. Embora sejam muitas as donas e casas no bairro, esmiuçar as relações que estabelecem, pontuando as diferenças entre elas, bem como a localização específica de suas casas pareceu arriscado demais. Sobretudo no caso das casas de travestis, que são menos numerosas no Jardim Itatinga.

Ao longo do meu trabalho de mestrado, tive contato com dez ditas cafetinas que, em geral, preferiam ser chamadas de donas de casas (de prostituição). Afinal, em minha dissertação, além do modelo de Célia, com uma casa que reunia quartos para moradia e trabalho, criei também outros três tipos ficcionais, na tentativa de vislumbrar variações das relações. Apresentei o caso de Gláucia, também uma travesti negra, mas com cerca de 60 anos, dona de uma casa com dois quartos. Embora não excluísse afeto, ela estabelecia relações comerciais que, majoritariamente,

envolviam a dimensão econômica, baseadas na locação dos quartos que oferecia às profissionais do sexo. Outro exemplo mais comercial foi o de Meire, uma mulher cisgênero, negra, de 40 anos, mas que, ao contrário de Gláucia, ainda realizava programas e era locatária de um estabelecimento, não sendo sua proprietária legal. Por fim, recriei Claudete, mulher branca de cerca de 30 anos, dona de uma casa maior, mais movimentada, melhor situada do que as outras. Ela possuía uma relação sexual-afetiva-econômica com uma mulher cisgênero que era profissional do sexo em seu estabelecimento. Dessa forma, pretendi vislumbrar o emaranhado de relações afetivas, sexuais e econômicas que podem ser estabelecidas com donas de casas de prostituição, atentando para variações na articulação de marcações de gênero, sexualidade, geração e raça. Tais articulações se conectavam com as diferentes relações estabelecidas com as profissionais que trabalhavam para elas, refletindo também diferentes arranjos de casas.

Contudo, é importante ressaltar que mesmo nesse imbróglio de relações, mesmo que a relação de agenciamento abra possibilidades de afeto e (re)crie relações familiares, isso não exclui episódios que possam ser considerados violentos. Minha argumentação pretende evidenciar que há relações inseridas em uma rede ampla de trocas, no âmbito de *mercados do sexo* (Piscitelli, 2013), conceitualização que abarca a prática da prostituição junto a outros intercâmbios de serviços sexuais por dinheiro, ao mesmo tempo que também contempla um caráter estruturante de *indústria do sexo* (Agustín, 2005).

Atentar para as relações comerciais e econômicas é imprescindível para qualquer análise da prostituição e nesse sentido evidencio que não consegui contato com nenhum dono de casa de prostituição. Costumavam ser estabelecimentos maiores, de caráter mais industrial, sobretudo com menos relações entre eles e a prática da prostituição. Utilizo então o termo *dona de casa de prostituição*, pois foi o termo amplamente ouvido e reivindicado pelas próprias mulheres.

Assim como há inúmeras variações para se referir a uma profissional do sexo, existem também muitas formas de nomear casas de prostituição e suas donas. Para citar algumas: proxeneta, rufiã, casa de

tolerância, lupanário, bordel, prostíbulo, casa da luz vermelha, casa de meretrício, randevu, casa da mãe joana. Talvez essa diversidade de termos remeta à situação de semilegalidade da prostituição, fazendo com que diferentes categorias sejam mobilizadas para dizer aquilo que não poderia ser dito.

Para tentar traçar diversas conformações de casas e de relações com suas donas, busquei vislumbrar especificidades encontradas que refletem e reproduzem marcadores sociais da diferença, entendendo marcações não somente pelas vivências de gênero e sexualidade, mas também por outros eixos, como região, raça e geração. Lilia Schwarcz pontua que os marcadores sociais da diferença são categorias classificatórias que refletem e reproduzem identidades. Sua eficácia depende da articulação entre esses marcadores e as construções situadas contextualmente (Schwarcz, 2015, p. 8). Judith Butler também pontua:

...o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas resulta que se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (2010, p. 20)

Portanto, emerge a importância da análise situacional das relações de poder, que reflete e perpassa marcadores sociais da diferença, tais como gênero, sexualidade, classe, raça e geração, diversamente articulados. Contudo, se a descrição pontuasse os contornos e marcações de cada dona e sua casa, eu poderia comprometer aquelas que lá estão. Como então dar conta da infinita variabilidade e ao mesmo tempo preservar as interlocutoras? Como reproduzir os casos, os perfis das donas, seus arranjos de casas – que variam de acordo com a localidade dentro e fora do bairro Jardim Itatinga, bem como variam por estarem em ruas mais ou menos transitadas do bairro? Como refletir estas marcações de diferenças de forma situadas e ao mesmo tempo sem comprometer as donas e suas casas? Como trazer a riqueza etnográfica, que aponta para complexificações nas

relações, quando se trata de uma temática que é, por si, só criminalizada?

Surgiu a sugestão de não especificar o bairro e de trazer os casos que conheci, partindo de uma cidade qualquer. Como exemplo, há o trabalho de Thiago Teixeira Sabatine (2013), que cria o nome de uma cidade, Charmosa, preservando suas interlocutoras e adentrando nas relações analisadas. Nesse seu trabalho, há o pressuposto, aqui compartilhado, de não considerar a prostituição como algo ruim, a priori, e necessariamente associada a uma noção de sexualidade desregulada (Sabatine, 2013, p. 12), focando nos agenciamentos e apropriações que as travestis efetuam.

Contudo, como já foi sugerido, o Jardim Itatinga apresenta uma configuração específica, de forma que não consegui abordá-lo como outro contexto qualquer. Pontuar as práticas e trocas travadas no bairro emerge também como forma de contribuir e dialogar com uma vasta produção sócio-antropológica³. Portanto, na tentativa de diálogo com esta efervescente produção, demarcar o Jardim Itatinga resulta também em um investimento político. José Miguel Nieto Olivar afirma:

o campo político da prostituição no Brasil, e em muitos outros países do mundo, é bastante intenso e disputado. Quando um ou uma pesquisadora entra no campo, mesmo sem fazê-lo consciente, começa a fazer parte do conflito. Na escolha das fontes, das histórias, dos ângulos para a câmera ou das palavras do título ou da manchete, nos vinculamos a uma força, nos opomos a outra, desconhecemos aquela ou alimentamos essa. Em contextos de guerra como esse, tão cheios de paixões e sutilezas, a neutralidade é uma fabricação complexa e arriscada demais, pois requer a des-

³ Exemplos são o livro *Prostituição e outras formas de amor* (2014), em parte resultado de um GT na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia de 2012, e um Dossiê organizado por José Miguel Nieto Olivar e publicado online na Revista *Ártemis* (vol. XVIII, n1, 2014), cujos artigos apresentam interessantes desdobramentos dos estudos da/na prostituição, em contextos particulares. José Miguel Nieto Olivar trabalha com uma zona fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, atento para jovens nos mercados do sexo. Silvana Souza Nascimento volta-se para as experiências trans nas *bordas das regiões metropolitanas* da Paraíba, e Laura Murray, no contexto do Rio de Janeiro, retrata os violentos impactos da atuação policial contra prostitutas

construção total do confronto, e em alguns casos, a total marginalização com relação às realidades em jogo. Importante é então para quem – jornalista, antropólogo, psicólogo ou legislador – se aproxima saber-se num campo de batalha, saber as posições e, fundamentalmente, construir a sua própria. Rapidamente eu desisti da opção pela neutralidade. (2010, p. 29)

Desistindo também da neutralidade, minha escolha foi a de criar uma ficção que aborda centralmente as donas de casas de prostituição, reunidas em uma única personagem. Donna J. Haraway (2009), sobre a ilusão ótica da fronteira entre ficção científica e realidade social, afirma que “realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo” (2009, p. 36). Embora com bem menos pretensão, recupero esta dimensão criativa da ficção com uma função e importância essencialmente políticas, sobretudo diante de temáticas tão disputadas publicamente. Exemplar disto também é o trabalho de Lauren Zeytounlian, *Realidades ficcionadas e ficções realizadas: a construção social da realidade de ‘meninas’ brasileiras no mercado do sexo* (2014). Dissertação que traz uma análise detida de duas criações fílmicas - *Anjos do Sol* (2006) e *Sonhos Roubados* (2010), justamente discutindo suas pretensões e criações de realidade pelos seus efeitos nos debates e nas políticas públicas que envolvem temas como prostituição de jovens e exploração sexual. Dessa forma, a dimensão ficcional, ao mesmo tempo que cria algo, também tensiona o que é verdadeiro, aludindo ao fato de que as verdades são múltiplas e fabricadas. A meu ver, as análises antropológicas são esforços no sentido de compreender estas múltiplas relações.

Sigo então perguntando como realizar uma escrita que consiga respeitar, refletir e ao mesmo tempo não criminalizar as donas de casas de prostituição. Ciméa Bevilacqua, em um artigo sobre questões éticas da metodologia de pesquisa antropológica, traduz esta inquietação:

O que está em jogo nesses contextos não é apenas o compromisso ético do antropólogo com os sujeitos de sua pesquisa, mas também, por via indireta, o próprio desenvolvimento teórico desse novo campo de estudos. (2003, p. 52)

Nesta colocação, está posta a preocupação com a produção teórica sobre donas de casas de prostituição não concebidas, *a priori*, com potencial negativo, tornando-se objetivo de análise justamente as relações de poder refeitas em campo. Trato então de uma dificuldade de pesquisa ética-metodológica e também de uma preocupação legal com relação a agenciadoras e casas de prostituição que permanecem criminalizadas perante o Código Penal brasileiro.

Meu objetivo consistia em me aproximar de relações tidas como ilegais, justamente com a hipótese de que poderiam não ser tão perversas, como a criminalização sugere. Busquei então inspiração em etnografias que trabalham com noções de crime, tais como Biondi, 2010, e Marques, 2009. Adalton Marques afirma que borra lugares, datas e nomes, ao estudar crime e *proceder* nas relações entre ladrões que poderiam ser implicados legalmente pelos elementos trabalhados pelo antropólogo. Porém, no caso das donas de casas de prostituição, sua rastreabilidade se daria por estarem situadas no Jardim Itatinga, de forma que somente a troca dos nomes não seria suficiente para preservá-las.

4 Considerações Finais

Casas de prostituição vem tendo uma relativa flexibilização, de acordo com o entendimento de algumas/ ns operadoras/es do direito, mas permanecem criminalizadas no Código Penal brasileiro, junto a agenciadoras/es. Por outro lado, reivindicações de organizações de prostitutas pautam a descriminalização desse suporte – casas e suas donas/donos – justamente por considerá-lo essencial ao exercício das trocas na prostituição. Em decorrência desta luta, *profissional do sexo* foi reconhecida como uma categoria na Classificação Brasileira de Ocupações desde 2002.

O PL 4211/2012 segue esta necessidade de repensar a criminalização de agenciadoras/es e estabelecimentos, sendo conhecido como PL Gabriela Leite, justamente como homenagem e fruto do diálogo com sua militância. Ele acompanha a linha de outros dois projetos que já tramitaram em prol do reconhecimento de profissionais do sexo: PL 3436/1997, apresentado pelo deputado Wigberto Tartuce, e o PL 98/2003, do então deputado Fernando Gabeira. Inversamente, no momento de escrita deste artigo também tramitam o

PL 377/2011, de João Campos, visando criminalizar os clientes, e há a indicação 2361/2016 de Flavinho, pedindo a retirada de profissional do sexo da CBO.

Ao contrário destes, o projeto 4211/2012, proposto pelo deputado Jean Wyllys, do PSOL, representa outro entendimento da prática da prostituição, defendida enquanto trabalho que precisa ser melhor regulamentado para reduzir os riscos envolvidos. Este PL pretende modificar os artigos referentes a *favorecimento, casa e rufianismo* (artigos 228, 229, 230, 231), visando delimitar a tensa, complexa e disputada fronteira do que se poderia tipificar como prostituição e do que se criminalizaria como exploração sexual. Neste rol entrariam três casos: retenção de mais de 50% do rendimento da atividade sexual; não pagamento do programa e forçar violentamente à atividade sexual. Além disto, o projeto também pontua direitos tais como aposentadoria especial aos 25 anos de atividade e a organização das profissionais como trabalhadoras autônomas ou em cooperativas.

Não avancei neste artigo na discussão deste projeto, mas citá-lo é significativo da movimentação de organizações de profissionais do sexo e está em sintonia com o que venho argumentando. Dos casos encontrados no Jardim Itatinga identifiquei que, sob o modelo genérico de *casas de prostituição*, não havia relação rigidamente fixa entre profissional do sexo com a dona e a casa, havendo horários mais flexíveis e agenciados de trabalho. Em todos os arranjos com os quais tive contato, havia somente uma taxa a ser paga para o estabelecimento, pela locação dos quartos – entre R\$10,00 e R\$15,00 por 30 minutos. Estes valores ficavam a cargo da profissional do sexo, que negociava o valor de seu programa com o cliente, da forma que preferisse e, entre as travestis que conheci, o preço variava entre R\$ 30,00 e R\$50,00 pela meia hora.

Nesse sentido, a análise de donas e suas casas de prostituição se volta para elementos mais específicos da relação, cabendo perguntar: como se dão o salário, o arranjo de trabalho, quais funções cabem a quem? Quanto e como é passado para dona? A dona retém o dinheiro e depois repassa? Há regras e multas? Como começaram suas casas? Como as profissionais começam a trabalhar em suas casas de prostituição? Estas questões deslocam a costumeira

atenção que se dá somente à relação entre profissional do sexo e clientes para considerar uma triangulação envolvendo também mercados do sexo.

A relevância econômica da prática da prostituição no Jardim Itatinga é tão central que foi interrompida em outubro de 2013, por meio de um caso de violência policial. Por um final de semana inteiro, o bairro ficou sitiado pela polícia militar, tendo retomado as atividades só quando uma inventiva intervenção de suas moradoras e trabalhadoras parou o trânsito de uma das grandes rodovias que o cortam⁴. Desse episódio, infelizmente comum para quem vivencia a prostituição (Murray, 2014), aponta a relevância de estabelecimentos e de outras pessoas que agenciam esta atividade.

Portanto, neste artigo busquei trazer elementos que merecem atenção em uma relação conhecida como cafetinagem, cotejando diversos arranjos de marcadores sociais da diferença relativos às donas e às profissionais do sexo e que configuram como se dão as relações afetivas, sexuais e/ou econômicas. A construção da figura de Célia, como uma dona de uma casa de prostituição que combina moradia e quartos para locação de programas, partiu de relatos com os quais tive contato e parece ser modelo recorrente nas vivências de travestis na prostituição. Iniciar a descrição das relações com o modelo da casa de Célia, apresenta o objetivo de tensionar a ideia de ficção e realidade, bem como de borrar a fronteira entre a cafetina má e a dona de casa de prostituição que cuida.

Este trabalho pretendeu iniciar com o caso ficcional para depois apresentar possíveis limitações dessa escolha, repensando formas antropológicas de abordar um contexto que é criminalizado. Meu esforço etnográfico consistiu em contemplar essa criminalização, criando um exemplo ficcional, mas sem perder os efeitos vistos, ouvidos e vivenciados.

Como horizonte, pretendi dissolver as angústias acerca da veracidade, da busca por clareza absoluta e de certezas estanques e fiz um convite para se pensar, por outros ângulos, essas figuras femininas que agenciam a prostituição, especificamente em vivências de travestis. Pretendo abarcar a incongruência, sem uma

⁴ Ver também Tavares, 2014, Zanzotti, 2015 e Patriarca, 2017.

conclusão de que donas de casas de prostituição são boas ou más. Através da prática e escrita antropológicas é possível refletir que são tudo e mais do que isso.

////////////////////////////////////

5 Referências

- Agustín, Laura M. (2005). La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. *Cadernos Pagu*, 25(1), 107-128.
- Benedetti, Marcos. (2005) *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária.
- Bernstein, Elizabeth. (2008) O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do Sexo. *Cadernos Pagu*, 31(1), 315-262.
- Bevilaqua, Ciméa. (2003) Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas. *Revista Campos*, 3.
- Blanchette, Thaddeus G. & Silva, Ana Paula. (2009) Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano.
- Fonseca, Claudia. (2004) A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais. In: A. Piscitelli, M.F. Gregori e S. Carrara (Org.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Haraway, Donna J. (2009) Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX.. In: Tomaz, Tadeu (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Mazzariol, Regina M. (1976) *Mal necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, Brasil.
- Moraes, Aparecida Fonseca, Silva, Hélio e Simões, Soraya S. (2014) *Prostituição e outras formas de amor*. Rio de Janeiro: UFF.
- Murray, Laura. (2014) Entre “fazer direito” e “direitinho”: Gestão de vítimas e as políticas de proteção. *Revista Ártemis*, Vol. XVIII (1), 28-41.
- Nascimento, Silvana de Souza.(2014) Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. *Revista Ártemis*, Vol. XVIII (1), 69-86.
- Olivar, José Miguel N.(2013) *Devir Puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Patriarca, Letizia. (2015) *As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição*. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, Brasil.
- _____. (2017) Pelo bairro: um exercício descritivo da prostituição de travestis no Jardim Itatinga. *Revista PontoUrbe*, 20 (1).

- Pelúcio, Larissa. (2005) Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti *Cadernos Pagu* 25(1), 217-248.
- Piscitelli, Adriana. (2013) *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- Ramos, Diana Helene. (2015) *PRETA, POBRE E PUTA: a segregação urbana da prostituição em Campinas-Jardim Itatinga*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Silva, Hélio. (1993) *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ISER.
- Tavares, Aline G. de Castro. (2014) *A organização da Zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, Brasil.
- Zanzotti, Maria Isabel. (2015) *Nas margens do corpo, da cidade e do estado: educação, saúde e violência contra travestis*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, Brasil.
- Zeytounlian, Lauren. (2014) *Realidades ficcionadas e ficções realizadas: a construção social da realidade de 'meninas' brasileiras no mercado do sexo*. Dissertação de Mestrado, UNIFESP, Guarulhos, Brasil.